

Da memória à pós-memória: ilações políticas e a ficção literária contemporânea

From memory to postmemory: political conclusions and
contemporary literary fiction

*Claudio do Carmo**

* Universidade Estadual da Bahia/UNEB, doutor em ciência da literatura/UFRJ, pós-doutor em estudos comparados/
Universidade de Lisboa, Professor Titular. claudiocarmog@gmail.com

RESUMO: A memória é política. Um consenso assentado na sua própria natureza construcional. Decorre daí a pós-memória, cuja politização chega ao paroxismo, na medida em que parece ser mais explícita e eficaz na articulação do social para alcançar um aspecto possível de representação, inclusive da ficção literária. Neste sentido, assentado em estudos que apontam para a discussão de Memória (CANDAU, 2014) e Pós-memória (HIRSCH, 2008), busca-se uma relação destas construções de memória na narrativa contemporânea, notadamente no romance “Fim” de Fernanda Torres.

Palavras-chave: memória. pós-memória, fim, ficção contemporânea

ABSTRACT: The memory is political. A consensus seated in their own constructional nature. Hence the postmemory whose politicization reaches the climax, in that it seems to be more specific and effective in social joint to achieve a possible aspect of representation, including the literary fiction. In this sense, seated on studies that point to the memory of discussion (CANDAU, 2014) and postmemory (HIRSCH, 2008), we seek a relationship of these memory constructions in contemporary narrative, especially the novel “The End” by Fernanda Torres.

Keywords: memory. postmemory. the end. contemporary narrative

A memória é política. Este consenso tem sido afirmado na melhor literatura sobre o assunto, assentado sobretudo na lógica que permite assegurar a memória como uma noção seguramente construída. Desde as primeiras noções modernas, no século XIX, encontradas em BERGSON (2003), passando por HALWACHS (2007) e os desdobramentos da memória coletiva, tem-se no entendimento da memória a percepção de interferência e ao mesmo tempo articulação do campo social. De outro modo, a memória articula e é articulada pelos componentes externos socialmente codificados. Decorre daí toda uma discussão recente sobre a noção de pós-memória, que em linhas gerais pode significar uma continuidade ou uma ruptura à noção de memória. O certo é que a pós-memória, explícita de maneira muito mais acentuada o caráter político de memória, talvez por sua própria origem, geralmente identificado ao Holocausto ou a narrativas de cunho social que incorrem em uma postura de testemunho de gerações que atrasam sua herança ou mesmo a negam.

A guerra fria já acabou, não estamos preocupados com ideologias, ao menos eu. Os Estados Unidos olham para o futuro. Eu não estou interessado em travar batalhas que, francamente, começaram muito antes de eu nascer. Os EUA não ficarão presos ao passado.⁷⁹

A citação acima é sintomática e evidencia com nitidez alguns dos aspectos que pontuam a cultura contemporânea e podem se relacionar ao entendimento de pós-memória. Vou me deter em três destes aspectos, que são os relativos à memória e a política, bem como ao alcance da literatura na interface destas categorias, relacionando-os de forma a entendê-los como cruciais no resultado que tem desdobramento nas ações do cotidiano e interferências da vida em sociedade. O entendimento da sentença envolve seu enquadramento (POLLACK, 2003) histórico, para chegarmos de maneira natural a seu entendimento e perceber a força do enunciado que se expressa vazio sem este enquadramento.

O Pós-Guerra teve, entre outras consequências, a relativa divisão do mundo entre duas forças ideologicamente sedimentadas: uma liberal e outra conservadora, ou ainda democrática e social-comunista; o que gerou em linhas gerais uma guerra, num sentido amplo, porque envolveu discurso, estética, política, enfim uma luta simbólica, bem como a guerra física em si, pela hegemonia de espaços territoriais e imaginados. Não é difícil elencar as várias vicissitudes que envolvem a chamada Guerra fria, desde a corrida aeroespacial com o extraordinário desenvolvimento da ciência até a alta performance esportiva que tornou os expoentes desta guerra, Estados Unidos e União Soviética, duas potências.

⁷⁹ Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América Declaração dada na VII Cúpula das Américas, ocorrida entre 10 e 15 de abril de 2015, na cidade do Panamá, no Panamá. Disponível em < www.youtube.com/watch?v=TqPoqoocvBY > acessado em 20/08/2015.

No quadro da Guerra Fria, ainda nos anos da década de 1960, ressalta-se a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista, e que teria num então desconhecido e jovem guerrilheiro Fidel Castro sua marca mais visível.

Inicialmente apoiado pelos Estados Unidos, Fidel Castro e seus companheiros, após a instauração da Revolução cubana, em 1959, tem o apoio da União soviética, em claro desafio a hegemonia e poderio americano no continente. Para acirrar todo o processo e torná-lo dramático, as tentativas americanas de retomada ou invasão da Ilha foram malgradadas, o que fortaleceu imensamente a capacidade de resistência dos cubanos, elevando Fidel Castro a herói e símbolo da luta pela justiça social. Data daí a cisão e permanência de contenda entre os dois países, com uma série de restrições por parte dos americanos ao governo da Ilha cubana, que culminou, em última instância, com o embargo que atravessaria ao menos cinco décadas.

A arena política se desenha e se notabiliza em decorrência das variadas negociações que envolvem as relações pessoais no cotidiano. A política, então, é o resultado mais evidente deste trato, ou seja, a intencionalidade, sobreposta a ditames ideológicos naturalmente apreendidos ou optados ao longo da experiência humana, moldam o caráter político do indivíduo. Posto em escala, assegura-se que a política é resultado das ações pessoais no tempo, historicamente sucedidas, que são recolhidas pela memória em forma de experiência tornada inata. Em outros termos, há uma espécie de protomemória⁸⁰ atuando nas diversas instâncias dos fazeres cotidianos que determinam com que a experiência passada seja naturalizada e atualizada numa forma de presentificação. Pierre Bourdieu (2001,184), do mesmo modo, demonstra o quanto o passado ao mesmo tempo que não é representado no presente interfere no corpo agindo nas disposições que ele produziu. E ainda:

O habitus, produto de uma aquisição histórica, é o que permite a apropriação do legado histórico. Assim como a letra só deixa de ser letra morta pelo ato de leitura que supõe uma aptidão adquirida para ler e decifrar, a história objetivada (nos instrumentos, monumentos, obras, técnicas etc.) somente consegue converter-se em história atuada e atuante quando é assumida por agentes que, por conta de seus investimentos anteriores, se mostrarão inclinados a se interessar por ela e dotados das aptidões necessárias para reativá-las.

Uma vez adquirida, a história, ela estará, por força do hábito, como quer Bourdieu, e no mesmo sentido emprestado por Bergson (1999) ao referir-se à memória individual, presentificada nas

⁸⁰ CANDAU, 2014, observa que a protomemória é uma memória de baixo nível que não pode ser destacada da atividade em curso e de suas circunstâncias, pois constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade.

ações continuamente. Esta aquiescência, envolve variados sentidos e formas de experiência, tais como a bagagem intelectual, o conhecimento e múltiplos aspectos da vida social e mais recentemente, como demonstram Pierre Bourdieu e boa parte dos estudos de Michel Foucault, o corpo. Aprendemos pelo corpo e é através dele que as injunções sociais regulares se apresentam, através de ritos que tendem a inscrever os sexos nos corpos. A própria distinção entre masculino e feminino, é uma das mais notórias atividades do corpo que age de maneira a marcar explicitamente, em que pese o tautologismo, as categorizações sociais. Assim, o corpo, que traz memória, uma protomemória, constitui dos mais celebrados constituintes políticos.

Se o corpo é político na sua mais pura e superficial evidência, o que falar do corpo que se atreve e se mostra distinto, como um corpo negro? O discurso pós-racial que sucedeu a primeira eleição do presidente dos EUA, Barack Obama, para além do “we can” que se tornou quase um mantra generalizado e possibilitou aglutinar um sentido nacional à conquista política da nação, pode ser comprovado na extensa e intensa agenda que se seguiu nos anos subsequentes, quando Obama cada vez mais foi se distanciando aos olhos da sociedade americana de qualquer conotação racial. Valia mais o “we can” de matiz cultural branca e nacional. O presidente norte-americano parecia se colocar desta maneira, sem querer ferir suscetibilidades, devia-se esquecer sua condição permanente de negro aos olhos da sociedade. Algo bastante complexo e desafiador diante das conjunturas e histórico de tensão racial que abastecem a cultura americana periodicamente.

A condição e discurso pós-racial parece ter explodido em fins de junho de 2015, quando um atentado a uma Igreja Metodista no estado da Carolina do Sul, veio à tona. Tratou-se de ataque, como tantos outros vistos naquele país, em que se explode uma violência insana através de atiradores ou coisa semelhante. No caso específico houve uma chacina em que um jovem branco vitimou mortalmente o pastor, reverendo Clement Pinckney e oito fiéis da igreja. A comoção que tomou conta do país, logicamente chegou ao presidente como mandatário da nação. E Barack Obama tratou de rapidamente visitar o local dos acontecimentos. Até aí, nada que fuja ao repertório do bom político, com ou sem mandato. Mas os atos, simbolicamente tratados, que se seguem a esta visita é que deixam a mostra a evidência do corpo na fala política. Obama vai aos funerais, chega ao local da tragédia e inesperadamente canta, entoando junto aos fiéis, à capela, os versos iniciais de “Amazing grace”, a sublime graça, a canção que soa como um hino presente nos cultos das igrejas americanas, mas mais que isto, é uma canção que invade a alma da comunidade negra. Ao cantá-la, Obama dá um nítido recado, no ambiente de tensão racial que sempre marcou a cultura americana. Se despe da posição meramente nacional continuamente

veiculada e agrega uma postura racial, expondo sua pele negra. Ele diz, não através de palavras, que está ali como maior autoridade da nação e compartilha daquele sentimento que todos estavam passando, pois era um deles, negro.

Sabe-se que o movimento dos direitos civis americano, completados meio século de conquistas, não fechou a enorme lacuna racial da sociedade, que frequentemente, se vê diante de casos, muitos de enorme repercussão, cujos desdobramentos se traduzem em tragédias. O fato de um negro, ter alcançado o mais alto posto da hierarquia americana, a portentosa presidência dos Estados Unidos da América, é um sinal de vitalidade e do vitorioso caminho traçado pelo movimento, que conquistou entre outras coisas o direito a igualdade racial, social e política do negro americano. Neste sentido, Barack Obama é visto com enorme respeito e orgulho por parte da comunidade negra, transcendendo em muito os limites do nacional americano. É a representação no que ela tem de mais evidente e objetivo.

Os acontecimentos da Emanuel African Methodist Episcopal Church em Charleston na Carolina do Sul, Estado que por si só foi um símbolo nefasto da guerra civil americana por concentrar a divisão racial do país em republicanos e abolicionistas ainda no século XIX, marcam não um divisor d'águas mas notadamente uma nova perspectiva nas relações políticas relacionadas a herança cultural americana. O que acabava de acontecer ali, não era somente a visita política de um presidente, mas a tomada de atitude, de alguém que deixava de ser o presidente para ser o presidente negro americano.

Por muito tempo, estivemos cegos para o caminho do passado de injustiças que continuam a moldar o presente. Talvez esta tragédia nos leve a fazer algumas perguntas difíceis sobre como podemos permitir tantos de nossos filhos a definhar na pobreza, frequentar escolas em ruínas, crescer sem perspectivas de emprego ou carreira (...) talvez percebamos como o preconceito racial pode nos infectar mesmo quando não percebemos, de modo que nos protejamos contra, não apenas insultos raciais, mas o impulso de chamar Johnny para uma entrevista de emprego, mas não Jamal⁸¹.

A fala, algo carregado de sentimento e memória racial, de Obama, deixa claro o lugar de onde se fala, o lugar de quem herdou o conflito e discriminação que não desaparecem com o tempo quando alimentados por uma odiosa dissimulação de preconceitos. A propósito deste mesmo episódio, Obama discorre sobre a questão, enfrentando-a e deixa à mostra sua preocupação e o profundo sentimento e conhecimento do lugar geracional. “as sociedades não apagam totalmente da noite para o dia tudo o que

⁸¹ Obama utiliza esse nome típico da comunidade negra americana para ilustrar e marcar posição quando de sua pregação na Igreja de Charleston, ao utilizar toda força de sua oratória para refletir a questão racial. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=_0ckFQO4YiE> acesso em 15 de julho de 2015.

aconteceu 200 ou 300 anos antes.” E é sintomática a pontual afirmação “Há racismo” em seu discurso precedido de uma explanação cultural e histórica, em que fica evidente seu posicionamento político, ao confrontar o politicamente correto com a expressão própria do preconceito americano e de pura conotação racista, “nigger”. Completa sua análise com a observação da memória que reveste e enraíza as mais caras projeções de um armistício racial: “O legado da escravidão, as leis de segregação racial e a discriminação em quase todas as instituições de nossas vidas projetam uma longa sombra. Isso continua sendo parte de nosso DNA”.⁸²

A tomada de consciência aqui é explicitada de maneira a deixar à mostra o sentimento de identidade abastecido por uma memória do corpo (a pele fala) que recupera como num inconsciente coletivo as agruras e tensões de um grupo racial. Não é com resignação que Obama fala, é com pesar, como quem pede desculpas pela experiência agravante de uma sociedade que teima em apagar o passado sem ter exatamente vivido, num evidente movimento associado à memória.

Se as expressões políticas estão carregadas do argumento memorialístico, com a memória e suas mnemotécnicas atuando como pano de fundo e estruturante, as relações entre política e literatura de maneira mais explícita são antigas e necessariamente remetem a memória como condição de liame entre as duas categorias. Modernamente, data do século XIX o estreitamento dessa relação, sobretudo com o caso Dreyfus na França e o célebre manifesto “j’acuse” de Émile Zola⁸³. Em linhas gerais, o manifesto de Zola, representou não só a indignação, mas também a inserção do escritor no campo político. Como se sabe a memória é um conceito que envolve muitos desdobramentos, se configurando, inclusive em verdadeiras teorias da memória, no sentido de explicá-la. O que nos leva a concluir que existem memórias, que embora oriundas de um tronco comum, seja por uma leitura mitológica, social, psicológica, filosófica, entre outras, podem assumir diferenças fundamentais que aparentam uma distância profunda de possível origem, causando um mascaramento inclusive na sua própria condição. De outro modo, o mascaramento da memória faz com que esta se desassemelhe, podendo assumir condições outras várias, sendo a mais notória destas condições o esquecimento, além de uma não-memória. Assim, podemos falar em teorias da memória, que abarcam um vasto campo que vai desde uma episteme filosófica até ao mais antigo

⁸² Entrevista de Barack Obama ao humorista Marc Maron. Disponível em < www.wtfpod.com/podcast/.../episode_613_-_preside.. . > Acesso em 21 de junho de 2015.

⁸³ O caso Dreyfus ocorrido em fins do século XIX, tratou da falsa imputação de traição do oficial francês Alfred Dreyfus, que fora acusado de favorecer o exército alemão. Depois de condenado, é confinado na Ilha do Diabo, de onde somente é libertado quando vem à tona o verdadeiro culpado e as fraudes que envolveram todo o processo. O fato deflagra a indignação de escritores e intelectuais franceses impulsionados pela carta aberta do escritor Émile Zola, intitulada J’acuse ! (eu acuso!).

conhecimento sobre memória, passando por tratativas de cunho espiritual ou religioso, destacando o mito como forma arcaica e original. No entanto, em tempos mais recentes a memória se ampliou em concepções que buscam explicar o mundo e os acontecimentos, desdobrando-se naturalmente numa visão de aspecto mais pedagógico, as mnemotécnicas, bem como com o advento das novas tecnologias a memória se explica por fenômenos mecânicos de caráter neurológicos e sistêmicos. Outrossim, é mister relacionar o alcance da memória ao campo cultural, que suscita uma série de interpretações e dá-lhe uma condição de relevância ao destacar algo que parecia restrito a campos tão distintos como exóticos. A cultura como prática política se manifesta mais evidente nas formas de relação pessoal, mas o alcance da memória influi, lê e explica as expressões culturais, já que sua existência é agudamente percebida. Neste sentido, os conhecimentos sobre memória ampliam e refundam uma espécie de historicidade na qual a pós-memória é um sintoma mais evidente, quando questiona os parâmetros e mesmo a projeção da memória.

Na origem, a memória em descrição mitológica, se confunde com Mnemósine que seria sua personificação e tem o significado primevo de lembrar-se. Fora amante de Zeus, dando origem as nove musas, concebidas a partir do pedido dos deuses, que derrotados os Titãs, argumentam da necessidade de cantar condignamente a grande vitória. Assim, após esposar Mnemósine durante nove noites consecutivas, concebe as nove musas que tem variadas funções relacionadas à lembrança. A anotação do poeta Hesíodo dá bem a dimensão da função exercida pelas musas:

São as Musas que acompanham os reis e ditam-lhes palavras de persuasão, capazes de serenar as querelas e restabelecer a paz entre os homens. Do mesmo modo, acrescenta o poeta de Ascre, é suficiente que um cantor, um servidor das Musas celebre as façanhas dos homens do passado ou os deuses felizes, para que se esqueçam as inquietações e ninguém mais se lembre de seus sofrimentos. (BRANDÃO, p.203)

Nota-se que o mito fundador da memória continua a formular os conceitos e definições que a envolvem. Sua vinculação às artes, a faculdade quase sobrenatural de lembrar e criar mundos elegíveis e perfeitos, a atração que exerce sobre os homens. A memória, então, partindo desta concepção mitológica que permanece como uma herança a fundamentar todo o conceito percorrido em plena modernidade, chega à contemporaneidade suscitando abordagens por vezes contraditórias, mas que a colocam como um dos aspectos primordiais da cultura contemporânea.

A memória não é o passado, é uma reconstrução do passado, que mantém uma infidelidade ao que aconteceu. Em outras palavras, a memória atualiza o passado sem se comprometer em transformar este

passado em verdade. Neste sentido a capacidade de apreensão deste passado é que faz com que esta memória seja mais ou menos relevante. Vale lembrar que a memória não é um conteúdo em si, algo concreto que se possa pegar, mas antes uma estratégia, um meio, um dispositivo foucaultiano, ou poderíamos assinalar uma força invisível que aciona certos mecanismos de atuação na realidade. Assim, não há dúvida sobre certo consenso que posta a memória como uma atualização constante e permanente do passado, e se é assim, podemos sublinhar que o passado estará sempre atuando concomitante ao presente e modificando-o. Reside aí, nesta ligação inexorável entre passado e presente o sentido significativo da memória.

Se a memória é herança, ligação direta, apenas com as interferências que a constituem e a modificam, a pós-memória refina as interpretações de memória, ao assinalar, em certos aspectos, a ruptura com esta herança, ou seja, a rigor, com a própria memória. De outro modo, a pós-memória para se tornar tal qual, necessita sair do âmbito da memória, adquirindo uma outra natureza.

O conceito é recente e aparece com frequência, com esta nomeação, em Marianne Hirsch, embora seja retomado criticamente por outros autores, tais como Beatriz Sarlo e Michael Pollack, sem contudo, encontrar na nomeação explícita o mesmo argumento de Hirsch. Nestes o conceito aparece de forma indireta ao pontuar e ao cruzar com a memória de terceiros, por tabela ou mesmo testemunhal. Talvez a noção de arquivo descrita por Derrida (2001) seja esclarecedora de como a pós-memória pode assumir um aspecto contraditório, cujas duas possibilidades temporais mais evidentes se dão em torno da continuidade e da ruptura. Se é certo que a memória prescinde do suporte como condição de sua existência, pois como se sabe a memória é intangível, uma abstração, daí sua incapacidade de se mostrar sem um corpo, é concebível que este suporte, a metáfora do arquivo, ao mesmo tempo que armazene a memória e possa representar a um só tempo seu fim, “o mal ou febre de arquivo”. As novas tecnologias e a sucessão de experiências que suscitam podem representar um bom campo de observação para este mal.

O computador (como ideia) supõem um armazenamento de informações que são utilizados de forma cada vez mais eficaz, produzindo outras informações em cadeia. Pois bem, a base desse armazenamento é a memória que vai sendo produzida em grande escala e possibilita um aproveitamento oportuno. A questão reside justamente na natureza do armazenamento, que como se sabe, é realizado em algum suporte, o arquivo, com intuito de guardar esta memória. “Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência” (DERRIDA, 2001, p.13). Nota-se que, se a memória é infinita, em tese, o suporte é tão finito quanto o tempo que o representa. No caso específico do computador, vivemos a era de alguns suportes que se tornaram contumazes, quais os casos dos disquetes, pen-drives, cd’s, drives, Hd’s, nuvens, entre outros. A lista

é enorme e pode ser reproduzida com acréscimos possíveis que ainda desconhecemos. É importante assinalar que alguns suportes, os primeiros notadamente, que caracterizavam uma segurança de memória, ficaram obsoletos, podendo vir ao completo desaparecimento. Os disquetes, que compreendiam uma gama enorme de memória para época, foram substituídos por outra natureza de arquivo, mais modernos, que por sua vez foram ou vão sendo substituídos por outros e outros numa sucessão interminável. À primeira vista a memória está ali, no suporte, no arquivo, não há por que se preocupar, há uma garantia desta preservação. No entanto, o olhar mais cuidadoso verificará que a mudança do suporte com a consequente substituição, acarretará a morte ou o fim dessa memória, já que não haverá mais o acesso a ela com o desaparecimento do suporte. A memória continuará restrita ao arquivo que a armazenou, mas impossibilitada de transmissão, impossibilitada de viver. Eis o mal do arquivo, uma contradição, que trabalhando contra si mesmo, o arquivo, funciona para a para o aniquilamento da memória, para o esquecimento. O trabalho da memória não sobrevive à destruição do arquivo.

A nação de pós-memória, a partir de Marianne Hirsch, concebe a definição inicialmente a partir da herança familiar, posteriormente sendo ampliado em termos de narrativas sociais, geralmente decorrentes do trauma, por isso seu principal contexto é o Holocausto, que teria gerado um repertório de ausência. Ou seja, na incapacidade do relato, da memória, destes traumas pela geração que os viveu, passa-se a uma outra geração sucessora, que mormente não teve objetivamente contato com o trauma, mas que passa a vivenciá-lo como se fosse sua. A pós-memória, assim, seria um testemunho por adoção, já que a vítima ou testemunho direto, é incapaz por motivos traumáticos, de expressar sua condição e memória, desta maneira “é a natureza atrasada de memória traumática, que alimenta a sua transmissão e adoção” (HIRSCH, 2008, p.10) Há uma preocupação com a natureza dessa transmissão forçada, que é efetivada através da memória dos outros.

Desta maneira fica evidente naquela primeira fala do presidente Barack Obama como a atitude e postura empreendida, envolvem uma noção de pós-memória, pois resta explícito certo rompimento com uma geração que não o envolve. Da mesma maneira, vamos encontrar esse entendimento em narrativas literárias contemporâneas, que sugerem um rompimento entre gerações, como é o caso do romance intitulado “Fim” de Fernanda Torres, cuja temática sugere a ideia de geração e a precisão fronteiriça entre memória e identidade. Tal obra parece traduzir realidades em que a competência discursiva a transforma não somente em representação urbana como lugar de vivência ficcional, ou seja, espaço de encenação real ficcionalizado, mas também como lugar imaginado que se faz real a partir da ficção, na medida em que “interpela” este mesmo real. Uma literatura de condição estética contemporânea, cujo teatro da memória se movimenta em um território de encontro, do entre-lugar de tempos e espaços.

O livro é despretensioso. Longe de ser uma obra-prima, tem a contradição assegurada no fato da autora Fernanda Torres, ser atriz originariamente de sucesso e ter a primeira incursão no campo literário. A contradição se estabelece porque a um só tempo representa um capital não desprezível na aceitação da obra, mas também um fator de desconfiança pela origem apartada das letras. No entanto, é justamente esta marca fronteira ou contraditória que pode nos interessar na medida em que sinaliza uma das constantes da literatura contemporânea. Não esperemos uma obra fundamental para a vida do leitor, nenhum romance de fundação, mas incrivelmente nossa expectativa e percepção, ainda assentados no paradigma moderno, recaem sobre um modo de ver e sentir que não entusiasma. Temos, então, uma narrativa que traz as marcas constantes da estética contemporânea. E neste sentido a autora deixa bem claro que é e está contando uma história, não temos mais aquela pretensa ilusão de realidade moderna, muito pelo contrário, o texto se ironiza o tempo todo, parecendo buscar uma inverossímil convicção que no fundo soa como vida da gente. O aspecto político já se desenha nesta dicção da autora, ao deixar à mostra um rastro da vivência que flerta frequentemente com o ficcional.

O romance trata da história de cinco amigos: Álvaro, Sílvia; Ribeiro; Neto e Ciro, que relatam através de um narrador em 3ª pessoa, suas trajetórias, entrecruzadas por um pano de fundo do Rio de Janeiro dos anos cinquenta, chegando aos dias atuais. O trabalho da memória está todo aí, numa perspectiva de trazer o passado à tona como um acerto de contas com o presente. E este acerto se dá a partir de uma trama que se sucede relatando as efetivas agruras dos personagens, tecendo uma espécie de cartografia afetiva da memória. Percebe-se que ao longo da narrativa são citados e situados vários acontecimentos que se explicam e dão sentido por que estão no Rio de Janeiro, numa clara alusão ao espaço narrativo e ao tempo da ação como componentes literários. “As dez e meia desceu do taxi na avenida Francisco Bicalho, em frente ao Instituto Médico Legal” (TORRES, 2013, p.30). De maneira um tanto sutil, o tempo está inscrito nesta narração ao relacionar o espaço, “Instituto Médico legal na avenida Francisco Bicalho”, ao tempo, visto que se sabe, sobretudo os cariocas, que esta construção neste local existe há cerca de cinco anos. Ou seja, o tempo da narração nos remete aos últimos anos. Deste modo, as atitudes, os relacionamentos, enfim, o comportamento e modo de ser, dos personagens se adequam a um estereótipo carioca. Ora, a narrativa então se vale destas marcas cartográficas para se constituir, como as que identificamos em: “O consultório do Matos fica num edifício comercial aqui de Copacabana lotado de médicos senis.” (op.cit, 2013, p.27). Ao que parece não poderíamos ler esta história sem os componentes geográficos e locais que a compõe, pois expressaria uma outra história. Assim, temos o registro indiscutível da memória ao lidar com a narrativa, que salienta um aspecto contumaz da contemporaneidade a relação tempo-espaço.

Tal relação, tempo-espço, é frequentemente sublinhada ao longo da narrativa, como se a memória só estivesse ali como adorno, como referencial vazio, não como um dado nostálgico e permanente. Deste modo a narrativa se move entre memória e lugares, mas sem dar o peso que outrora procuramos. Não há culpa naquilo que foi vivido, não se quer recuperar nada: “Irene recebeu com frieza a notícia da morte do homem com quem vivera quinze anos de sua juventude.” (op.cit, 2013, p.30) . Essa fala demonstra bem o sentido de uma ausência de coerência histórica, desvelando um liame temporal que está sendo rompido. Assim como podemos notar também na fala peremptória do personagem Álvaro ao morrer, logo no primeiro capítulo dedicado a ele: “Desintegro no ar sobre Copacabana. Uma vez, li que a morte era o momento mais significativo da vida, e é mesmo. A minha foi boa, está sendo, não por muito mais” (op. cit. 2013, p.29). Essa constatação do personagem, com a consciência da morte vindo à superfície deixa bem claro que não há nada a lamentar. Foi a vida, fim. Irene, uma das personagens que desempenham um papel relevante na trama, pois é esposa de Álvaro, tem na relação necessária com os amigos deste uma constante também em sua vida, já que vive as memórias de Álvaro de maneira orgânica; uma memória por tabela, na concepção de Pollack (1992, p.205).

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (...). É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

A memória por tabela se situa no mesmo campo semântico da pós-memória, ou seja, uma memória de segunda ordem, herdada. Irene então se move também nesta perspectiva externando uma ruptura sentimental e a um só tempo vivenciando uma memória por adesão. Com isto, a ficção literária contemporânea, qual o caso de “Fim”, se assenta na perspectiva da reconfiguração do tempo, da qual a noção de pós-memória é uma das vertentes, desdobrando-se ainda na política cotidiana, predominantemente do corpo ou ainda étnica e social. Deste modo, o romance contemporâneo aponta para a mudança de paradigma ao traduzir sintomas e revelar memórias que parecem não querer ser lidos como memórias, bem como lugares que não representam lugares.

Referências:

- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.184.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo – uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: ed. Centauro, 2004.
- HIRSCH, Marianne. *The generation of postmemory*. Poetics today, v.29, n.1, 2008, p.28-103.
- POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212
- TORRES, Fernanda. *Fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.